Esmeraldo
8000

E. H. CARR
Fellow of Trinity College, Cambridge

**A Revolução Russa
de Lenin a Stalin
(1917-1929)**

Tradução:
Walter Dória

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

Título original:
The Russian Revolution from Lenin to Stalin 1917-1929

Tradução autorizada da
primeira edição inglesa, publicada em 1979
por The Macmillan Press Ltd., de Londres, Inglaterra

Copyright © 1979 by Edward Hallett Carr
All rights reserved

Direitos reservados.
A reprodução não autorizada
desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação do copyright. (Lei 5.988)

Edição para o Brasil.
Não pode circular em outros países.

Capa: Eritco
Composição: Zahar Editores S.A.

94(44)

C344v

E. 001994

1981
Direitos para a edição brasileira adquiridos por
ZAHAR EDITORES S.A.
Caixa Postal 207 (ZC-00) Rio
que se reservam a propriedade desta versão
Impresso no Brasil

Problemas de Crescimento da Industrialização

Durante todo o ano de 1927 a opinião do partido inclinou-se, constantemente, para a industrialização rápida e o plano quinquenal, embora se fizessem ouvir reações hostis ou pessimistas, e as consequências totais desses objetivos ambiciosos não fossem enfrentadas ou compreendidas. A expulsão da oposição, no congresso do partido de dezembro de 1927 abriu o caminho, tornando possível silenciar as críticas, e adotar, sem um contrangimento indesejado, políticas que a oposição havia defendido no passado. A crise das colheitas de cereal, que se seguiu ao congresso, apressou o processo. A primeira condição da industrialização era que o campo fosse fornecesse o alimento necessário às cidades e fábricas, a preços que não representassem um peso intolerável aos salários, e sem o desvio de mais do que um mínimo dos recursos da indústria para a manufatura dos bens de consumo para o mercado camponês. Essas condições haviam atormentado as colheitas de cereal, depois da colheita de 1927, e pareciam, a princípio, insolúveis. A operação bem-sucedida dos primeiros meses de 1928 foi interpretada como mostra de que, com uma suficiente aplicação de força, a cooperação camponesa era praticável, e mesmo indispensável. O camponês, o fator recalcitrante numa economia socialista planificada, tinha de ser domesticado. Durante 1928 as inibições foram gradualmente superadas e a industrialização seguiu à frente, inexoravelmente. O caminho estava aberto. Para forçar o ritmo era necessária apenas uma vontade férrea de superar os obstáculos, se necessário, pelos mesmos métodos de coerção. A determinação heróica e a brutalidade impiedosa evidenciaram-se ambos no processo.

As tensões criadas pela industrialização forçada estenderam-se muito além do mundo do camponês. A revolução havia colocado novos homens nos postos de poder. Mas não tivera ainda tempo de criar e treinar uma nova geração de funcionários, especialistas, cientistas, administradores industriais, engenheiros e técnicos de todos os tipos, cujos serviços eram indispensáveis

a qualquer regime. E esses serviços eram ainda executados principalmente pelos mesmos homens que os haviam realizado para o último czar e o Governo Provisório. O grupo de funcionários e especialistas que trabalhava nos Comissariados do Povo e outras instituições soviéticas também incluía um número considerável de ex-mencheviques e ex-srs. Os primeiros predomavam na Gosplan e Narkomfin, os segundos no Narkomzem. A maioria desses servidores do regime, que não eram membros do partido e se haviam reconciliado com os princípios da NEP, sentiam profunda aversão e desconfiança para com as novas políticas, manifestavam-se contra elas e não mostravam satisfação — por vezes, até mesmo resistência passiva — na sua realização. Havia apenas um passo, dessa situação até a desconflança — muito frequente nos círculos do partido — de uma conspiração para sabotar tais políticas. O afastamento em massa de funcionários que não eram do partido, e de especialistas, de posições de influência no Narkomfin e no Narkomzem, os dois comissariados, que mostraram maior resistência à industrialização, forçada, começou na primavera de 1928. O episódio mais sensacional ocorreu em março, quando 55 engenheiros e administradores empregados nas minas de carvão da bacia do Don foram detidos sob acusação de sabotagem, supostamente organizada do exterior. Depois de um julgamento ante um público meião, no qual muitos dos acusados fizeram confissões, foram passadas 11 sentenças de morte, das quais cinco foram cumpridas. Outros receberam longas condenições à prisão. Três engenheiros alemães, acusados de cumplicidade, foram absolvidos. O julgamento constituiu-se num padrão para futuras denúncias demonstrativas e julgamentos para efeito público. Mas, no momento, as autoridades reclamaram um pouco de suspense e da hostilidade em relação aos "especialistas": de origem burguesa, que eram essenciais à manutenção e expansão da indústria, e fizeram vários pronunciamentos tranquilizadores. O treinamento dos trabalhadores para que se tornassem especialistas fez-se lentamente, e o emprego de engenheiros estrangeiros, a princípio quase que só alemães, e posteriormente também norte-americanos, nas grandes obras, foi uma característica do partido.

Não era apenas o lado administrativo da indústria que estava sujeito à pressão crescente. Se a primeira condição, embora ainda tática, da industrialização era que o camponês entregasse o seu cereal às cidades, em troca de uma modesta recompensa, a segunda, e explícita, era que se produzisse de do oparatório teria de aumentar mais depressa do que os seus salários, para que a expansão industrial pudesse ser, em parte, financiada com os lucros da própria indústria — uma alternativa à exploração sem peias do camponês. Fora esse o principal objetivo das campanhas de 1926 e 1927 em favor do "regime de economia" e da "racionalização da produção". Isso, em condições nas quais outras formas de racionalização eram limitadas pela escassez do capital e dos recursos técnicos, significava, acima de

tudo, aumentar a produtividade através de uma maior intensidade física do trabalho. A campanha para aumentar a eficiência do trabalhador foi travada em todas as frentes. Embriguez, ausência do serviço e lentidão de trabalho eram consideradas as características dos camponeses reestruturados no campo para a indústria, e não a dos verdadeiros proletários; apesar disso, elas pareciam demasiado frequentes para serem dominadas pelas ameaças de demissão imediata. Além das escolas das fábricas, que combinavam o treinamento profissional com a doutrinação partidária, o Instituto Central do Trabalho criou escolas onde os trabalhadores jovens recebiam instrução intensiva nas modernas técnicas fabris. Os críticos as condenaram, tal como Lenin havia, no passado, criticado o "taylorismo" (ver pp. 31-32) por tratar o trabalhador como "um complemento da máquina, não como um criador da produção". Outras formas de incentivo não foram negligenciadas. A chamada "emulação socialista" entre fábricas ou grupos de trabalhadores era estimulada pela propaganda e pela oferta de prêmios. O título "herói do trabalho", proporcionando certos privilégios, era atribuído a trabalhadores de méritos excepcionais, e a Ordem da Bandeira Vermelha do Trabalho foi criada para recompensar as fábricas, empresas industriais ou coletivos de trabalhadores. Para comemorar o décimo aniversário da revolução, os "Sábados Comunistas", imitação da iniciativa tomada por Lenin em 1919 — trabalho extraordinário sem remuneração — foram adotados nas fábricas e mines em várias partes da URSS.

Um recurso tentado nessa época foi sintomático da intensa pressão então aplicada aos trabalhadores. As vésperas do décimo aniversário da revolução, em novembro de 1927, as autoridades anunciaram uma transição planejada para um dia de trabalho de sete horas. Esse proleto, saudado como uma grande realização da revolução, foi denunciado como uma tentativa demagógica de levar os trabalhadores à aquiescência com uma visão pouco substancial de um futuro remoto. Mas sobre-se logo que o objetivo era outro. Para assegurar a utilização máxima das instalações e máquinas, certas fábricas já trabalhavam em dois turnos por dia. Pretendia-se, agora, que se trabalhasse três turnos de sete horas cada, deixando apenas um mínimo de três horas por dia para limpeza e manutenção. O sistema de três turnos desagravava tanto aos administradores quanto aos trabalhadores, e foi adotado pela primeira vez apenas na indústria têxtil, que empregava quase que exclusivamente mulheres, a categoria de mais baixo salário. Inconscientemente, isso representava o abandono total da proibição de trabalho noturno para as mulheres. Nos dois anos que se seguiram houve vários pronunciamentos, de tempos em tempos, a favor da extensão do sistema de três turnos à toda a indústria. Mas a resistência às tensões e pressões em jogo era forte. Observou-se que, onde o sistema havia sido adotado, a produtividade do trabalho empregado declinava progressivamente du-

rante o período, e o sistema não parece ter sido adotado, de maneira geral, exceto na indústria têxtil.

Os salários, porém, continuavam sendo o ponto mais importante das relações entre o trabalhador industrial e o empregador e o Estado. Sob a NEP, eles eram em princípio fixados por acordo entre o trabalhador e o empregador — normalmente, por um contrato coletivo entre o sindicato e a empresa ou instituição. O princípio não foi afetado pelo reconhecimentoto, por ambos os lados, de uma relação entre a produtividade e os ganhos, que constava dos contratos. O que modificou radicalmente a situação, a partir de 1926, foi a aceitação da importância predominante do planejamento. O montante de salários era um elemento fundamental vital na economia para ser excluído dos cálculos dos planejadores ou ficar sujeito às oscilações determinadas por certas causas estranhas. Depois de muita controvérsia entre os sindicatos e o Vesenkha, na qual ambos os lados se mostravam inclinados a reconhecer a compatibilidade do planejamento com os contratos coletivos, a fixação de salários tornou-se, na prática, sujeita a dois processos distintos. Em primeiro lugar, a mais alta autoridade — geralmente o próprio Politburo — fixava o fundo total de salários para o ano seguinte (num período inflacionário, um certo reajuste salarial era inevitável), e determinava que aumentos deveriam ser concedidos a que indústrias. Assim, não só fixava o limite dos pagamentos de salários, para os quais era necessário fazer previsão no plano, mas decidia também quais as indústrias que deviam ser estimuladas a se expandir. A segunda etapa era a conclusão de contratos coletivos, que poderiam ser entre o comitê central sindical e uma indústria como um todo, ou entre os comitês sindicais locais e as empresas individuais. Mas, como era necessário manter os salários dentro dos limites já fixados, restava pouca liberdade de negociação, e as discussões sobre os contratos coletivos giravam, mais provavelmente, sobre as condições de trabalho ou sobre as "normas" de produção.

A limitação original sobre o trabalho por tarefa há muito desapareceu, e onde este era inaplicável, os prêmios relacionados com a produtividade eram parte regular dos pagamentos de salários. Esses procedimentos, que eram parte essencial da campanha para relacionar os salários com a produtividade, exigiam a fixação constante de "normas" ou a taxa para um trabalho específico. Quando um aumento geral de salários foi concedido no outono de 1928, o Vesenkha começou a pressionar em favor de uma revisão das normas. Isso se podia justificar em parte por medidas de racionalização e mecanização, que aumentaram a produtividade sem exigir um esforço adicional do trabalhador. Mas modificar as normas para conseguir maior produtividade era, com mais frequência, simplesmente uma forma de reduzir os salários. A controvérsia entre o Vesenkha e os sindicatos prolongou-se por todo o ano de 1927, mas terminou no reconhecimento da necessidade de um reexame geral das normas. As estatísticas salariais

para o período são dispersas, complexas e, por vezes, enganosas. Em condições inflacionárias, os pagamentos monetários estáveis, ou mesmo aumentados, distanciam o declínio nos salários reais. É certo que, enquanto os salários reais do trabalhador aumentam lentamente, mas constantemente, entre 1923 e 1927, durante vários anos depois de 1928 os salários caíram, e o trabalhador, tal como outros setores da sociedade, ficou sujeito às duras pressões da industrialização e controlado pela mão férrea da economia planificada.

O papel dos sindicatos fora motivo de controvérsia nos primeiros anos do regime. As concessões da NEP haviam rejeitado "a militarização do trabalho" e mantido a independência formal dos sindicatos em relação ao Estado. Essa independência foi, porém, ilusória. Sob a NEP, o Estado controlava firmemente as rédeas da indústria, e era inevitável que os sindicatos, ainda ostensivamente não partidários, mas já totalmente controlados pelos bolcheviques, se colocassem em oposição aos interesses e políticas do Estado dos trabalhadores. A primeira diminuição da independência dos sindicatos veio de seu compromisso de aumentar a produtividade, o que os obrigava a aceitar a responsabilidade pela manutenção da disciplina do trabalho, e de impedir "métodos anarquistas" como greves e abandonos de serviço. A greve foi considerada como prova do fracasso dos sindicatos de exercerem a devida vigilância de atenderem às necessidades dos trabalhadores. Mas eles já não podiam apresentar-se incondicionalmente como defensores das reivindicações a curto prazo dos trabalhadores; seu papel era antes servir de mediadores, em debates de alto nível dentro do partido, entre essas reivindicações e as necessidades a longo prazo da indústria estatal. Em nível de fábrica, o controle estava nas mãos de um "trânsito", constituído de representantes dos sindicatos, da administração e do partido. Mas quando os dois últimos estavam de acordo, o representante sindical ficava numa posição fraca; e os sindicatos eram por vezes acusados de sucumbir a um "desvio administrativo".

Além disso, com a rápida expansão da força de trabalho e do número de membros dos sindicatos, o próprio caráter destes últimos sofreu uma modificação sutil. A hipótese de que a maioria dos trabalhadores industriais eram proletários com consciência de classe, com uma boa proporção de membros do partido situantes, estava deixando, rapidamente, de corresponder à verdade. Muitos dos trabalhadores politicamente ativos haviam sido promovidos a posições administrativas ou oficiais. Muitos dos novos recrutas da indústria eram camponeses recém-chegados do campo, que ainda tinham de aprender tudo o que se relacionava com a doutrina do partido e as práticas sindicais. Grande ênfase foi dada, nessa época, ao papel educativo dos sindicatos. Mas "outra" cortejadora foi um rápido aumento na autoridade dos líderes, representada pelo conselho central sindical sobre a massa dos membros.

As concessões da NEP foram mantidas com crescente dificuldade: de 1922 a 1928 — período da incontestada liderança sindical de Tomsky. Foi um período de recuperação econômica, e alguns de seus benefícios chegaram até aos trabalhadores, com a colaboração dos sindicatos. Foi o advento do planejamento que provocou, inexoravelmente, a desintegração total dos sindicatos, que se anexaram à máquina estatal. A organização e remuneração do trabalho eram um elemento importante em qualquer plano econômico. O Narkomtrud havia, já a essa época, sido transformado num auxiliar dos sindicatos. Foi o conselho sindical central, e não o Narkomtrud, que participou das principais discussões sobre diretrizes lado a lado com os órgãos econômicos responsáveis pela autoridade suprema do Politburo. Mas todos estavam igualmente sujeitos à autoridade suprema do Politburo e executavam as suas decisões; em meados da década de 1920 os altos funcionários sindicais eram, quase invariavelmente, membros do partido, sujeitos diretamente à disciplina partidária. Com o passar do tempo, porém, Tomsky e outros colegas seus começaram a ficar cada vez mais inquietos, sob as pressões impostas aos trabalhadores industriais pelo plano, e o abandono de tradições sindicais. Não foi totalmente paradoxal o fato de que os sindicatos tivessem de colocar-se em oposição às políticas de expansão. Quando o comité central do partido se reuniu em julho de 1928, Tomsky uniu-se a Bukharin e Rykov para formar a minoria de três no Politburo que tentavam reduzir o ritmo da industrialização.

O investimento, que aumentava rapidamente, na indústria e sobretudo na indústria pesada, inflacionou a procura de produtos agrícolas e industriais, cuja oferta era escassa. A crise da escassez, de 1923, havia demonstrado a impraticabilidade de deixar que as condições de troca fossem reguladas pelo livre jogo do mercado. Essa lição foi aprendida, e o controle dos preços tornou-se um item permanente na política. O controle dos preços agrícolas era, teoricamente, exercido através das comissões oficiais de produtores de cereais pelos produtores, aos preços oficiais, foi feito de maneira insuficiente, e em grande parte graças a métodos de compulsão, e foram complementados pelos compras, a preços mais altos, no mercado privado. O controle dos preços industriais foi mais efetivo, mas apresentou problemas de grande complexidade. A partir de 1926, e em meio às crescentes pressões de industrialização, a política de preços tornou-se objeto de uma controvérsia permanente. Todas as grandes indústrias estavam agora em mãos do Estado, e por isso o controle dos preços de abastecimento era bastante direto. Desde a crise da tesoura a política de conter os preços industriais, a fim de manter a ligação com o campesinato, era parte integral da doutrina do partido. Solicitações de aumento para os preços de atacado, e com isso para um aumento da lucratividade da indústria estatal, foram feitas pela oposição em 1926 e 1927, e foram rejeitadas, com indignação, como

prova da indiferença da oposição para com o campo. As sucessivas variações do plano quinzenal baseavam-se em estimativas das menores preços dos produtos industriais.

O controle dos preços de atacado não teve, porém, correspondência num controle igualmente eficiente dos preços de varejo. Observou-se frequentemente que um regime de preços de atacado rigorosamente controlados, combinado com a oscilação dos preços de varejo, simplesmente ampliava o que se tornou conhecido como "a tesoura dos preços de atacado e de varejo", e aumentou os lucros indesejáveis dos intermediários. Os preços de varejo haviam sido fixados desde 1924 para um número crescente de mercadorias padronizadas (ver p. 50 supra). Esses preços, acalitados com bastante má vontade pelo Estado e pelas lojas cooperativas e organizações de vendas deveriam ser obrigatórios para os negociantes privados. Mas assegurar o respeito a eles era difícil, e os resultados, desiguais. As medidas de política, e a vigorosa propaganda contra os impopulares "homens-NEP", tiveram maior êxito nas cidades do que no campo, na contenção do comércio privado. Os preços eram fixados sem relação com a disponibilidade ou escassez dos produtos. Um decreto de julho de 1926 previa uma "redução dos preços de varejo dos produtos da indústria estatal que estão escassos". Durante 1927 uma série de ordens e decretos determinava a redução de 10% nos preços de varejo das mercadorias padêes, predominantes a 1º de janeiro; e embora esse objetivo ambicioso não fosse realizado, alguns preços foram rebaixados, e muitos dos homens-NEP tiveram de encerrar suas atividades, durante aquele ano.

Os resultados dessas reduções mostraram-se, na prática, quase que totalmente ilusórios. Elas não melhoraram a capacidade real do campo, ou do trabalhador industrial, de adquirir bens industriais, já que foram acompanhados de uma escassez, agora crônica, de abastecimento tanto na cidade como no campo. Os níveis de preços já não eram um índice significativo da situação econômica. O ano de 1927 viu o início de um declínio, progressivo e prolongado, nos padrões de vida, devido às pressões da industrialização e à absorção dos recursos disponíveis para o desenvolvimento planejado da indústria passada. Embora a disparidade entre os preços oficiais e os preços do mercado negro fosse extrema em relação aos produtos industriais do que aos agrícolas, isto pouca vantagem trouxe para o consumidor, já que a escassez de bens de consumo era tão alta quanto a escassez de alimentos. O consumidor, qualquer que fosse a sua categoria, tinha de suportar uma parcela pesada da industrialização. O avanço da indústria, concentrada principalmente na produção não de bens de consumo, mas dos meios de produção, impunha exigências cada vez mais duras ao campo, ao trabalhador, a todos os aspectos da economia. A baixar e a resignação, e não a resistência ativa, pareciam ter sido o estado de espírito daqueles que arcavam com os ônus principais. Mas os industria-

lizadores continuaram a acreditar apaixonadamente que a realização valia o seu custo, e que esta poderia ser assumida voluntariamente, ou imposto aos que não o desejavam suportar.

Durante 1928 começaram a surgir dúvidas no próprio Politburo. O choque de opiniões que ocorreu na sessão do comitê central do partido, em julho de 1928. (ver capítulo anterior) girou ostensivamente sobre a política agrícola e a pressão sobre o campo. A questão subjacente foi o ritmo da industrialização, pelo qual essa política foi determinada. Foi significativa a divisão que então se revelou no comitê, entre uma maioria no Politburo, comprometida com a industrialização forçada, e uma minoria dissidente, constituída de Rykov, Bukharin e Tomsky, que buscava relaxar as pressões gerais, diminuindo o ritmo da industrialização. Em fins de setembro, Bukharin expôs suas opiniões num importante artigo no *Pravda*, intitulado "Notas de um economista". Partindo da crise do cereal, ele lançou um ataque total contra os planos de industrialização vigentes, que destruíam o equilíbrio entre a agricultura e a indústria, e o ato com o campo sinato estabelecido pela NEP. O investimento na indústria estava sendo acelerado, de maneira absurda e incongruente, frente à escassez de materiais, e não apenas de cereal, mas também de produtos industriais de todos os tipos. Devia-se permitir que a agricultura acompanhasse a indústria, e o desenvolvimento industrial deveria fazer-se "sobre a base proporcionada por uma agricultura que crescesse rapidamente"; Bukharin afirmava scaltar as proposições da industrialização já conseguida. Mas as pressões eram agora intoleráveis e o ritmo não deveria ser intensificado. Ele terminou criticando a "pressão louca" prevista nos esboços existentes do plano quinquenal.

"Notas de um economista", o último pronunciamento público da oposição à política de concentração total na industrialização, e a última ação de retaguarda em defesa da NEP, foi violentamente atacada tanto pelos economistas oficiais como por Trotski e seus partidários. A prioridade para a agricultura já não era um tema aceitável. Bukharin, que a essa altura partia em férias para o Cáucaso, voltou em tempo para uma sessão crucial do comitê central do partido, em novembro. O Vesenkha, sob a direção de Kulbyshnev, continuou a exigir um investimento de capital cada vez maior na indústria. A palavra de ordem, de "alcançar e superar" o Ocidente, já havia sido lançada pelos industrializadores. Stalin focalizou esse tema num importante discurso ante o comitê. A tecnologia, argumentou: "Qu conseguimos isso, ou eles nos destruído." Circo Pedro, o Grande, cuja construção fabril de fábricas, para atender às necessidades da defesa, constituía "uma tentativa para superar a estrutura do atraso". Foi o atraso da economia soviética, especialmente a de seu setor agrícola, e o isolamento da URSS, que fez disso "uma questão de vida ou morte para o nosso desenvolvimento". O comitê aprovou uma cifra de 1 bilhão e 650 milhões

de rublos para investimento na Indústria, durante o ano. Bukharin resistiu debilmente, apresentou a em seguida retirou sua renúncia, não questionou a decisão e finalmente participou da redação da resolução. Sua derrota foi distancada por uma mostra de concordância e reconciliação, mas foi inevitável. A vitória da industrialização foi selada com a conclusão do primeiro plano quinquenal e sua apresentação ao Congresso dos Soviéticos da União, em maio de 1929.